

5.4. A ÉTICA DA DIVERSIDADE: ESSÊNCIA TRANSDISCIPLINAR PARA O MUSEU DO HOJE

André Alexandre Gasperi

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural

Graduando em Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis

Bolsista no Programa de Educação Tutorial – Conservação e Restauro PET-CR

Universidade Federal de Pelotas

Licenciado em História pela UNIVALI

andrealexgasperi@gmail.com

Resumo: O presente artigo propõe apresentar aos museus a ética da diversidade, no intuito de resgatar os princípios do respeito, da solidariedade e da cooperação, para contribuir na reintegração dos sujeitos em si-mesmos, na sociedade, na natureza e no cosmos, em busca da paz interior, social e ambiental. A pesquisa por meio da investigação bibliográfica abordou a diferença entre a ética e a moral dentro e fora do contexto museal, além de explicitar sobre a ética da diversidade. Constatou-se que a ética e a moral são sinônimos na concepção geral e na específica, a ética é uma ciência da Filosofia e a moral é o objeto de estudo. A ética passou a integrar no espaço museal quando se relacionou com a Museologia e assim, surgiu a ética museal e o museu ficou entre os sujeitos e o real, ele se tornou mediador da realidade. A ética museal reflete sobre os princípios e estabelece as condutas que guiam o papel do museu no tecido social. A ética da diversidade é a essência transcultural da transdisciplinaridade, se opõe ao mecanicismo e resgata a harmonia entre os sujeitos, a sociedade e a natureza, ao exercer a criatividade na interação entre as diversas manifestações culturais.

Palavras-chaves: Ética Museal; Diversidade; Transculturalidade; Transdisciplinaridade.

Introdução

A ética possui duas concepções, na geral a ética e a moral são sinônimos e na específica, a Ética é uma ciência da Filosofia que estuda a moral. A ética busca refletir sobre os comportamentos dos indivíduos ao estabelecer princípios da justiça e da harmonia nas relações interpessoais.

No museu a ética surge ao se relacionar com a Museologia em 1981 e coloca o museu entre o sujeito e a realidade. Na relação entre Museologia e Ética surge a ética museal, ela elenca os valores e as condutas que orienta a prática museológica, além de discutir sobre ações e os impactos do museu na construção do tecido social.

A ética da diversidade transita por diferentes culturas – transcultural –, além de ser a essência da abordagem transdisciplinar, ela se propõe a reestabelecer os elos que sustentavam a harmonia entre o sujeito, a sociedade e a natureza. Os elos foram separados devido a concepção mecanicista – o universo como uma grande máquina cheia de engrenagens – e assim, contribuiu nas adversidades contemporâneas.

O artigo apresenta por meio da pesquisa bibliográfica a origem da concepção mecanicista da realidade, elenca a diferença entre a ética e a moral, evoca a ética museal e aborda sobre a ética da diversidade. A fim de apresentar aos museus do hoje uma nova reflexão ética que contribua na reintegração dos sujeitos em si-mesmos, na sociedade, na natureza e no cosmos, por meio do respeito, da solidariedade e da cooperação, em busca da paz interior, social e ambiental.

A Ética

A ética, do grego *ethike*, de *ethikós*, se refere aos costumes. “Em geral, ciência da conduta (ABBAGNANO, 2007, p. 380).” É uma disciplina da Filosofia e sob o viés científico tem como objeto de estudo a moral. “A Ética significa Ciência da moral, quer dizer, ética seria a construção intelectual, organizada pela mente humana sobre a moral. Esta seria, pois, o seu objeto (COIMBRA, 2002, p. 75).”

Ética – (gr. *ethike*, de *ethikós*: que diz respeito aos costumes): Parte da filosofia prática que tem por objetivo elaborar uma reflexão sobre os problemas fundamentais da moral (finalidade e sentido da vida humana, os fundamentos da obrigação e do dever, natureza do bem e do mal, o valor da consciência moral etc.), mas fundada num estudo metafísico do conjunto das regras de conduta consideradas como universalmente válidas (JAPIASSÚ, 2001, p. 69).

Segundo Figueiredo (2008, p. 8), a ética enquanto ciência busca identificar as condutas morais que os sujeitos desenvolvem na relação interpessoal, “...buscando compreender a fundamentação das normas e proibições próprias a cada uma e explicar seus pressupostos, ou seja, as concepções sobre o ser humano e a existência que os sustenta.” Na investigação sobre as condutas da moral, são levadas em consideração os meios e os fins que geram hábitos aprovados ou desaprovados no individual e no coletivo.

A ética é a ciência, tendo por objeto de estudo os sentimentos e juízos de aprovação e desaprovação acerca da conduta e da vontade humana, propondo-se a determinar: a. qual é o critério segundo a conduta e a vontade em tal modo aprovada se distinguem, ou ainda, qual é a norma, segundo a qual se opera e deve operar a vontade em tal conduta, e qual o fim que na mesma e para essa se cumpre e se deve cumprir; b. em que relações de valor estão, com observância daquela norma e obtenção daquele fim, as diversas formas de conduta, individual ou coletiva, tais como se apresentam na sociedade e na época à qual pertencemos (SÁ, 2000, p. 44).

Segundo Japiassú (2001), a ética se distingue da moral na concepção específica ao refletir sobre a moralidade e por investigar os princípios que estão atrelados no campo da filosofia, “Diferentemente da moral, a ética está mais preocupada em detectar os princípios de uma vida conforme à sabedoria filosófica, em elaborar uma reflexão sobre as razões de se desejar a justiça e a harmonia e sobre os meios de alcançá-las (p.69).” A ética além da sua definição específica, ela possui também duas concepções intraespecíficas, na qual aborda os motivos das condutas morais e estabelece um ideal na qual caminham os sujeitos.

Existem duas concepções fundamentais dessa ciência: 1- a que a considera como ciência do /zm para o qual a conduta dos homens deve ser orientada e dos meios para atingir tal fim, deduzindo tanto o fim quanto os meios da natureza do homem; 2- a que a considera como a ciência do móvel da conduta humana e procura determinar tal móvel com vistas a dirigir ou disciplinar essa conduta. Essas duas concepções, que se entre mesclaram de várias maneiras na Antigüidade e no mundo moderno, são profundamente diferentes e falam duas línguas diversas. A primeira fala a língua do ideal para o qual o homem se dirige por sua natureza e, por conseguinte, da “natureza”, “essência” ou “substância” do homem. Já a segunda fala dos “motivos” ou “causas” da conduta humana, ou das “forças” que a determinam, pretendendo ater-se ao conhecimento dos fatos (ABBAGNANO, 2007, p. 380).

Já a moral, do latim *moralis*, também diz respeito aos costumes e segundo Abbagnano (2007, p. 380), possui duas definições, “1. O mesmo que Ética. 2. Objeto da ética, conduta dirigida ou disciplinada por normas, conjunto dos mores.” De acordo com Japiassú (2001), a moral no sentido geral não se diferencia da ética, no entanto, no particular, ela estabelece valores e condutas comuns no âmbito social.

Moral – (lat. *moralis*, de *mor*-, Hnos: costume): 1. Em um sentido amplo, sinônimo de *ética como teoria dos valores que regem a ação ou conduta humana, tendo um caráter normativo ou prescritivo. Em um sentido mais estrito, a moral diz respeito aos costumes, valores e normas de conduta

específicos de uma sociedade ou cultura, enquanto que a ética considera a ação humana do seu ponto de vista valorativo e normativo, em um sentido mais genérico e abstrato (JAPIASSÚ, 2001, p. 134).

Segundo Figueiredo (2008, p. 8), por moral compreende-se o conjunto de regras de condutas estabelecidas por indivíduos, com a finalidade de ordenar as relações interpessoais seguindo valores do bem e do mal, “...ao passo que a ética ou filosofia da moral é mais abstrata, constituindo a parte da filosofia que se ocupa com a reflexão sobre as noções e os princípios que fundamentam a vida moral.” A ética é atraída para ação humana e conforme Japiassú (2001, p. 69), a moral possui um papel social, está “...preocupada na construção de um conjunto de prescrições destinadas a assegurar uma vida em comum justa e harmoniosa.”

Tabela 1 – Conceção geral e específica da ética e da moral.

1. Conceção Geral Ética e Moral	
A moral é o mesmo que ética. A moral é sinônimo de ética. No sentido amplo, são teorias dos valores que regem a ação ou conduta humana, tendo um caráter normativo ou prescritivo.	
2. Conceção Específica	
Ética	Moral
• Filosofia da moral. • Ciência filosófica. • Ciência do móvel da conduta humana. • Reflete os problemas fundamentais da moral (finalidade e sentido da vida humana, os fundamentos da obrigação e do dever, natureza do bem e do mal, o valor da consciência moral). • Identifica as condutas aprovadas e desaprovadas, seja individual ou coletivamente e como se apresentam na sociedade contemporânea. • Investiga princípios que estão atrelado à sabedoria filosófica. • Elabora reflexões sobre o desejo e os meios para alcançar a justiça e a harmonia. • Estabelece um ideal de orientação para a conduta humana (natureza, essência e substância). • Considera a ação humana do seu ponto de vista valorativo e normativo.	• Objeto da ética. • Conduta dirigida. • Considera os costumes, valores e normas de conduta específicos de uma sociedade ou cultura. • Estabelece condutas pelos indivíduos. • Organiza as relações interpessoais segundo os valores do bem e do mal. • Constrói um conjunto de prescrições destinadas a assegurar uma vida em comum, justa e harmoniosa.

Fonte: o autor.

A Ética Museal

A ética passou a ingressar no museu ao se relacionar com a Museologia. “Em 1981, Gregorová constatou que a Ética seria uma das disciplinas que definiriam, na Museologia, a relação específica entre o humano e a realidade. A partir desse momento, o ponto de vista ético passou a fazer parte de toda teoria acerca do museu” (SOARES, 2009, p. 37).

No livro *o Conceitos-chave de Museologia*, são elencadas três situações na qual a ética se insere no espaço museal. Segundo Cury (1997, p. 40), na primeira situação defende que a ética e a moral são diferentes, “A distinção é essencial quanto às suas consequências para o museu, na medida em que ele é uma instituição, isto é, um fenômeno convencional e sujeito a revisão”. A moral estabelece as realidades em que cada sujeito pode se inserir e assim, o museu ganha um papel específico. A ética se pauta no desordenado e não estabelece orientações absolutas.

Na visão moral do mundo, a realidade é submetida a uma ordem que decide o lugar que cada indivíduo ocupa. Essa ordem constitui uma perfeição que todo ser deve lutar para alcançar, buscando realizar perfeitamente a sua função – o que se conhece como virtude (Platão, Cícero, etc.). Por outro lado, a visão ética do mundo é sustentada pela referência a um mundo caótico e desordenado, relegado ao acaso e desprovido de qualquer orientação estável (CURY, 2013, p. 40).

A moral se move no sentido ordenado e a ética na desordem, ambas concepções proporcionam duas realidades nos museus. Na ordem moral a instituição define suas condutas na coleção e a partir disso define as regras que orienta a prática museológica. Já na ética, o museu se concentra nas questões sociais que atravessam a vida das pessoas.

Alguns, muito tradicionais, como certos museus de Belas Artes, parecem inscrever-se em uma ordem pré-estabelecida: as coleções aparecem como sagradas e definem uma conduta modelo por parte de diferentes atores (museólogos e visitantes) e um espírito cruzado na execução das tarefas. Por outro lado, outros museus, talvez mais atentos à vida concreta das pessoas, não se consideram como submetidos a valores absolutos e os reexaminam recorrentemente. Estes podem ser museus mais voltados para a vida concreta, como os museus de antropologia, que buscam apreender uma realidade étnica geralmente flutuante, ou os museus ditos “de sociedade”, para os quais as interrogações e as escolhas concretas (políticas ou sociais) vêm antes do culto às coleções (CURY, 2013, p. 40-41).

Segundo Cury (2013), na segunda relação entre ética e museu, são elencadas oito condutas que possibilitam desenvolver as práticas museológica na sociedade. As oito medidas estão presentes no *Código de Ética para Museus*, do Conselho Internacional de Museus (ICOM), sendo o “...documento principal do ICOM é o Código de Ética para Museus. Estabelece normas mínimas para a prática profissional e atuação dos museus e seu pessoal (ICOM, 2008, p. 3).” Conforme Cury (2013, p. 41), as condutas presentes no código são:

1. “Os museus preservam, interpretam e promovem o patrimônio natural e cultural da humanidade, (recursos, estes, institucionais, materiais e financeiros para a abertura de um museu).”
2. “Os museus mantêm acervos em benefício da sociedade e de seu desenvolvimento (questão que diz respeito às aquisições e à alienação de acervos).”
3. “Os museus mantêm referências primárias para construir e aprofundar conhecimentos (deontologia da pesquisa ou da coleta de testemunhos).”
4. “Os museus criam condições para fruição, compreensão e promoção do patrimônio natural e cultural (deontologia da exposição).”
5. “Os recursos dos museus possibilitam a prestação de outros serviços de interesse público (questão de expertise).”
6. “Os museus trabalham em estreita cooperação com as comunidades das quais provêm seus acervos, assim como com aquelas às quais servem (restituição de bens culturais).”
7. “Os museus funcionam de acordo com a legislação (referente ao quadro jurídico).”
8. “Os museus atuam com profissionalismo (referente à conduta adequada da equipe de profissionais e aos conflitos de interesse).”

De acordo com ICOM (2008, p. 9), as medidas são os princípios fundamentais para guiar a prática museológica, ressaltando que em alguns países as normas também são elencadas por leis, regulamentação governamental e reconhecimentos públicos, “Este código pode igualmente servir de referência às nações e às organizações especializadas ligadas aos museus, para desenvolvimento de normas suplementares”.

O Código de Ética representa uma norma mínima para museus. Apresenta-se como uma série de princípios fundamentados em diretrizes para práticas profissionais desejáveis. Em alguns países, certas normas mínimas são definidas por lei ou regulamentação governamental. Em outros países, as diretrizes e a definição de normas profissionais mínimas são estabelecidas

sob forma de credenciamento, habilitação ou sistemas de avaliação e/ou reconhecimento público similares (ICOM, 2008, p. 9).

De acordo com Cury (2013, p. 41), na terceira interação entre museu e ética, reside no surgimento de uma ética destinada aos museus, “...na sua contribuição para a definição da museologia como ética museal” e como ferramenta para vida em sociedade.

Todavia, como ferramentas da vida social, os museus demandam que sejam feitas escolhas infinitas para determinar o seu uso. E aqui, precisamente, a escolha dos fins aos quais se irá submeter este conjunto de métodos é, em si mesma, uma ética. Nesse sentido, a museologia pode ser definida como ética museal, já que é ela que decide aquilo que deve ser um museu e os fins aos quais ele deve estar submetido (CURY, 2013, p. 42).

Os princípios podem ser elencados a partir do Código de Ética para Museus, além de se pautar em questões legais, locais e frente às novas demandas da sociedade. “A ética, no seio do museu pode ser definida como o processo de discussão que visa a determinar os valores e os princípios de base sobre os quais se apoia o trabalho museal” (CURY, 2013, p. 40). A ética museal estabelece os princípios e as condutas que guiam a prática museológica, além de refletir sobre papel do museu na construção da sociedade.

A Ética da Diversidade

O museu orientado pela essência da ética museal passou a ser mediador da realidade humana e assim, buscou discutir sobre seus impactos sociais. “Que instituição ou entidade expressaria a identidade do museu e seus valores morais? (SOARES, 2009, p. 37)”. Como o museu pode contribuir na construção de uma sociedade diversa, justa, inclusiva e sustentável? A ética da diversidade em busca de responder essas questões, se apresenta e tem como intuito unir forças com o museu, para propagar o respeito, a solidariedade e a cooperação.

A ética da diversidade é abordada na forma de capítulo no livro *Transdisciplinaridade*, de Ubiratan D’Ambrosio, ela é a essência transcultural da transdisciplinaridade. “Na sua essência, a transdisciplinaridade é transcultural (D’AMBROSIO, 1997, p. 9).” Ela busca inserir a sustentabilidade no lugar do mecanicismo ao incentivar a interação entre as culturas.

Segundo D’Ambrosio (1997, p. 51), os problemas presentes na sociedade contemporânea possui suas origens no surgimento da mecânica clássica que colocou

em risco a sobrevivência do planeta terra, “As espécies não podem sobreviver sem uma ética que se oponha às características do pensamento moderno e apelem para o princípio simples e primário de preservação da vida e da civilização na Terra. Essa é a essência da transdisciplinaridade”. Os problemas que atingem a sociedade contemporânea vem de um longo desenvolvimento da ciência moderna.

A origem dessa situação tão angustiosa repousa em desenvolvimentos científicos que se completaram no início do século. Codificados matematicamente numa visão de universo baseada na mecânica clássica, deram aos seres humanos um poder sobre a natureza que tem produzido um suprimento sempre crescente de bens materiais (D’AMBROSIO, 1997, p. 51).

No período moderno o mundo ocidental mudou a forma como as pessoas concebiam e descreviam a realidade. “A visão de mundo e o sistema de valores que estão na base de nossa cultura, e que têm de ser cuidadosamente reexaminados, foram formulados em suas linhas essenciais nos séculos XVI e XVII (CAPRA, 1982, p. 49).” Conforme D’Ambrosio (1997, p. 51), o modelo mecanicista da sociedade, da natureza, do universo, da vida, empobreceram a concepção humana, essa perspectiva “...está absolutamente coerente com a concepção “científica” do universo como uma máquina, na qual o ser humano nada mais é que uma pequena engrenagem”.

A perspectiva medieval mudou radicalmente nos séculos XVI e XVII. A noção de um universo orgânico, vivo e espiritual foi substituída pela noção do mundo como se ele fosse uma máquina, e a máquina do mundo converteu-se na metáfora dominante da era moderna. Esse desenvolvimento foi ocasionado por mudanças revolucionárias na física e astronomia, culminando nas realizações de Copérnico, Galileu e Newton (CAPRA, 1982, p. 49).

Abalado os valores medievais, a civilização ocidental que estava desabando precisava de uma nova ciência e filosofia. “Depois de desmoronada a base teológica do conhecimento humano racional, o homem se sente só no universo. Sente-se sozinho diante da penosa tarefa de forjar uma visão da realidade, sem outra garantia que sua própria razão (ZILLES, 1994, p. 100).” Conforme Zilles (1994, p. 101), a ciência moderna se caracteriza e se originou na criação de um método seguro para reorganização do mundo ocidental, “Desde cedo delineiam-se duas respostas, dois métodos, que entram no campo da disputa do pensamento: o *racionalismo* (Descartes, Malebranche, Espinoza, Leibniz) e o *empirismo* (Francis Bacon, Hobbes, Locke, Berkeley e Hume).” Com isso surgiu dois estudos isolados, um na produção do conhecimento empírico e outro na interiorização do pensamento. “A ciência do século XVII baseou-se num novo método de investigação, defendido vigorosamente por Francis Bacon, o qual

envolvia a descrição matemática da natureza e o método analítico de raciocínio concebido pelo gênio de Descartes” (CAPRA, 1982, p. 49-50).

Segundo Zilles (1994, p. 100), Bacon, defendia que todo conhecimento iniciava com uma hipótese a respeito do objeto observado, chamado de ídolo, no entanto só as experimentações científicas confirmavam as idéias preconcebidas, “É preciso observar os fatos, descrever e classificar cada espécie de ídolo. Eliminar os preconceitos na observação dos fatos é apenas um passo. É preciso, outrossim, conduzir a observação por um método seguro, diz Bacon.” No empirismo o pensamento era produto da experiência e não o inverso. “Todos os nossos conceitos, mesmo os mais universais e abstratos, provêm da experiência” (HESSEN, 1999, p. 55). O conhecimento que era formado pela sabedoria na antiguidade, passou a ser desenvolvido na vertente empírica pela experiência da observação, descrição e classificação do objeto.

O “espírito baconiano” mudou profundamente a natureza e o objetivo da investigação científica. Desde a Antiguidade, os objetivos da ciência tinham sido a sabedoria, a compreensão da ordem natural e a vida em harmonia com ela. [...] A partir de Bacon, o objetivo da ciência passou a ser aquele conhecimento que pode ser usado para dominar e controlar a natureza e, hoje, ciência e tecnologia buscam sobretudo fins profundamente antiecológicos (CAPRA, 1982, p. 51).

O objeto a ser conhecido estava no exterior, pronto a ser arrancado a força e não importava se iria quebrar. De acordo com Capra (1982, p. 51), o que importava era saber todos os seus segredos, sob obediência e extração, “A natureza, na opinião dele, tinha que se “acossada em seus descaminhos”, “obrigada a servir” e “escravizada”. Devia ser “reduzida à obediência”, e o objetivo do cientista era “extrair da natureza, sob tortura, todos os seus segredos.” O sujeito perdeu a relação com a natureza ao tentar dominá-la pela experimentação científica. O conhecimento no trabalho mútuo com a natureza teve a sua primeira separação com o método de observação do empirismo e a segunda no mecanicismo cartesiano.

O movimento mecanicista surgiu com a filosofia cartesiana ao elaborar o método analítico. Conforme Capra (1982, p. 55), o método mecânico buscou examinar os pensamentos e as dificuldades em partes, “Consiste em decompor pensamentos e problemas em suas partes componentes e em dispô-las em sua ordem lógica”. Descartes (2015, p. 54) dizia, que era preciso “...dividir cada uma das dificuldades que eu examinasse em tantas parcelas possíveis e que fossem necessárias para melhor resolvê-las”. O conhecimento passou a ser concebido de forma mecânica na busca de suas engrenagens.

O mecanicismo consiste na filosofia que se explicou no século XVII, segundo a qual todos os fenômenos naturais devem ser explicados por referência à matéria em movimento. A metáfora da máquina constitui o símbolo dessa filosofia: o sistema do mundo funciona como o de um relógio (SOMMERMAN, 2006, p. 17).

O método analítico contribuiu no mecanicismo e na origem do dualismo científico, na qual separou duas dimensões interdependentes o corpo e a mente. Segundo Capra (1982, p.55), com isso, ocorreu a separação entre as ciências humanas, estudando ‘a coisa que pensa’ e as ciências naturais, descobrindo a ‘matéria’. Descartes baseou toda a sua concepção da natureza nessa divisão fundamental entre dois domínios separados e independentes: o da mente, ou *res cogitans*, a “coisa pensante”, e o da matéria, ou *res extensa*, a “coisa extensa”.

Deve-se evocar aqui o “grande paradigma do Ocidente”, formulado por Descartes e imposto pelo desdobramento da história européia a partir do século XVI. O paradigma cartesiano separa o sujeito e o objetivo, cada qual na esfera própria: a filosofia e a pesquisa reflexiva, de um lado, a ciência e a pesquisa objetiva, de outro. Esta dissociação atravessa o universo de um extremo ao outro: Sujeito/Objeto Alma/Corpo Espírito/Matéria Qualidade/Quantidade Finalidade/Causalidade Sentimento/Razão Liberdade/Determinismo Existência/Essência (MORIN, 2007, p. 26).

O dualismo e o mecanicismo distanciaram e separaram o sujeito em si-mesmos e do exterior. Segundo Capra (1982, p. 56-57), o meio ambiente, os seres humanos, “Plantas e animais passaram a ser considerados simples máquinas; [...] No que dizia respeito ao corpo humano, era indistinguível de um animal-máquina”. No *cogito* cartesiano a realidade se fragmentou e se enquadrou no *logos* dual e mecânico. Já na concepção newtoniana o mecanicismo se tornou aplicável de forma universal. “O universo newtoniano era, de fato, um gigantesco sistema mecânico que funcionava de acordo com leis matemáticas exatas” (CAPRA, 1982, p. 59). O sujeito, sociedade, natureza e o universo se tornaram máquinas isoladas.

Mente e corpo, consciente e inconsciente, material e espiritual, nosso saber e fazer, constituem um repertório de dicotomias com as quais nos habituamos e aceitamos como normalidade. Temos que superar essas dicotomias. Temos que vencer a dominância do ser (substantivo) sobre o ser (verbo). Ao superar essa definição do eu, estaremos em condições de redefinir nossas relações com o outro. A partir de então, estarão abertas as portas de um novo relacionamento com os diferente, com a natureza como um todo e com o cosmos na sua totalidade. Esta é a essência da **ética da diversidade**... (D’AMBROSIO, 1997, p. 11).

A ética da diversidade possui princípios, meios transculturais e objetivos. Segundo D'Ambrosio (1997, p. 11), a ética da diversidade consiste em superar a dicotomia mecanicista da vida por um processo de reintegração no cosmos, “A única alternativa que nos resta é nos integrarmos nessa totalidade cósmica por etapas, a começar pela nossa integração pessoal, como indivíduos...”, além disso os objetivos iniciais são:

Reintegrar o corpo, a mente e a vontade em si-mesmo. “A unidade corpo-mente-vontade – que se encontra fragmentada como resultado de um ênfase desequilibrada de algumas partes em detrimento de outras e do todo – poderá ser restaurada. Assim, o ser humano estará no caminho de redescobrir, sem seu próprio íntimo, o reflexo do cosmos e do seu princípio unificador supremo” (D'AMBROSIO, 1997, p. 54).

Reintegrar o sujeito no local, no nacional, no planeta e para além no cosmos. “A busca de uma sociedade integrada no nosso entorno familiar – o outro mais próximo –, no nosso entorno comunitário – a nossa tribo –, no nosso entorno nacional – o nosso país –, são etapas necessárias para chegarmos à interação da humanidade como um todo – nosso planeta. Daí poderemos nos situar num contexto muito mais amplo, transcender nossa existência tão efêmera e avaliar nossa dimensão como indivíduos na realidade cósmica” (*idem*, p.12).

Reintegrar a ciência, a tecnologia e a cultura. “A ciência e a tecnologia são indispensáveis para atingir metas. Mas os resultados positivos somente podem ser atingidos mediante a reintegração da ciência e da cultura. Só deste modo poder-se-á superar as fragmentações que conduziram a uma interrupção nas comunicações culturais” (*idem*, p. 54).

De acordo com D'Ambrosio (1997, p. 52), a ética da diversidade além de identificar seus objetivos para substituir “...a velha e rígida visão mecânica do Universo por conceitos que permitem compreendê-lo como o produto de impulsos criativos contínuos.” Ela também apresenta condutas apoiadas em princípios para caminhar a humanidade na direção da paz interior, social e ambiental. “A violações da Paz, em todas as suas dimensões, são fundamentalmente violações desses princípios éticos” (D'AMBROSIO, 1997, p. 155). Os princípios éticos da diversidade são:

O **Respeito** ao outro em suas diferenças. “Respeito não porque “modelei” o outro que me agrada. Não porque ele me espelha, nem porque o converti” (D'AMBROSIO, 1997, p. 153). O respeito gera a paz interior.

A **Solidariedade** ao outro na satisfação de necessidades de sobrevivência e de transcendência. A satisfação não se limita apenas nas necessidades materiais. “Não basta dar o pão. É necessário também dar o ombro para o

outro chorar ou rir, e dançar ou cantar junto nas necessidades emocionais. Comer, mas comer junto, comungar. Daí todo o sentido da eucaristia e de outras formas de agradecimento/sacrifício, da comida de santo depois do culto do candomblé. Não basta apenas saciar a fome” (*idem*, p. 154). A solidariedade gera a paz social.

A **Cooperação** com o outro na preservação do patrimônio natural e cultural comum. A cooperação é exercida com a consciência científica. “A cooperação corresponde ao “científico”, se assim podemos chamar. A cooperação no sentido total é que deu origem ao *Homo faber*: uma pedra lascada ou uma alavanca são modelos de cooperação homem-natureza. Alimentar-se é o mesmo. Uma vida – planta ou animal – se extingue para que outra continue. Uma célula é destruída para a sobrevivência de outra. A vida só é possível porque há cooperação no sentido mais amplo. Claro, isso tem profunda influência nos nossos modelos de comportamento” (*ibidem*). A cooperação gera a paz ambiental.

Já as condutas são as normas morais elencadas a partir dos princípios estabelecidos pela ética da diversidade e orientam os sujeitos em atitudes transculturais, buscando preservar a diversidade cultural e se opondo a homogeneização global.

O grande objetivo é evitar que o processo de globalização conduza a uma homogeneização, cujo resultado é a submissão e mesmo a extinção de várias expressões culturais. Assim como a biodiversidade é essencial para a continuidade da vida, a diversidade cultural é essencial para a evolução do potencial criativo de toda a humanidade. Novos modos de pensamento e de expressão só podem resultar de uma dinâmica de encontros culturais (D’AMBROSIO, 1997, p. 63).

O diálogo entre as diferentes culturas fomentam a criatividade e promove novos meios de encontrar a harmonia entre os sujeito, a sociedade e a natureza. “Os indivíduos devem relacionar-se com seu ambiente e com outras espécies, por meio da ação sobre a natureza na qual estão imersos, como parte integrante e não como meros predadores. Essas ações são essenciais para a sua própria sobrevivência” (D’AMBROSIO, 1997, p.163). A interação na natureza e nas relações interpessoais com o respeito, a solidariedade e a cooperação, é a tríplice que assegura a harmonia na vida sem a dominação e desigualdades sociais.

Considerações Finais

A ética e a moral na concepção geral são sinônimos. Na concepção específica elas estabelecem uma relação científica de cooperação e interdependência, na qual

a Ética é uma ciência da Filosofia e a moral é o objeto de conhecimento. A ética se pauta nas questões humanas e a moral na sociedade, ambas prezam pela harmonia e a justiça.

No museu a concepção específica entre a ética e a moral definem a prática museológica. A moral pré-estabelece uma conduta ordenada pautada na coleção. Já a ética define a conduta museal como dinâmica ao se relacionar com os temas da política, da etnia e demais que atravessam a sociedade. As duas orientações abre a discussão sobre a prática pré-estabelecida dos museus, será que eles podem ter práticas pré-estabelecidas ao mesmo tempo em que trabalham com as demandas sociais? Se a resposta for sim, surge outra questão, como?

Na relação entre a Ética e a Museologia surge a ética museal. O museu apoiado na ética passou a ser mediador da realidade, atuando de forma científica e refletindo sobre seus impactos sociais. A ética museal estabelece os princípios e as normas que orientam os museus. As normas são elencadas a partir das leis, do reconhecimento público, de documentos oficiais de instituições museais nacionais e internacionais. A ética possibilitou ao museu discutir sobre seu papel na construção da sociedade.

A ética da diversidade possui em si a transculturalidade e faz parte do contexto transdisciplinar, ela defende a interação entre as diferentes expressões culturais para exercer a criatividade na luta contra a concepção mecanicista e a homogeneização. O mecanicismo a qual a ética da diversidade se opõem, surge na ciência clássica e é substituído a partir da reintegração do sujeito em si-mesmo, na sociedade, na natureza e no cosmos. A reintegração se apoia nos princípios do respeito, da solidariedade e da cooperação. O princípio do respeito ao diferente gera a paz interior, a solidariedade produz a paz social e a cooperação resgata a paz ambiental.

O papel do museu no tecido social está em constante transformação devido às discussões éticas. A ética museal possibilita mudanças no museu e por meio dela se reinventa e por meio dele transforma a sociedade. A ética da diversidade situa o museu entre os sujeitos e o cosmos, com ela o museu passa a ser mediador universal.

Referência

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente**. São Paulo: Editora Cultrix, 1982.

COIMBRA, José de Ávila A. **Fronteiras da ética**. São Paulo: Senac, 2002.

CURY, Marília X; DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François; SOARES, Bruno B. **Conceitos-chave de Museologia**. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, Pinacoteca do Estado de São Paulo, Secretaria de Estado da Cultura, 2013.

D'AMBROSIO, Ubiratan. **Transdisciplinaridade**. São Paulo: Palas Athenas, 1997.

DESCARTES, René. **Discurso do método**. Porto Alegre: L&PM, 2015.

FIGUEIREDO, Antônio M. **Ética**: origens e distinção da moral. Brasília: Saúde, Ética & Justiça, v.1, n.13, 2008, p .01-09.

HESSEN, Johannes. **Teoria do conhecimento**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ICOM. **Código de Ética para Museus**. 2008. Disponível: icom.org.br/?page_id=30. Acesso em: 26 abr. 2020.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2007.

SÁ, Antônio L. **Ética profissional**. São Paulo: Atlas, 2000.

SOARES, Bruno C. B. **Caminhos da museologia**: transformação de uma ciência do museu. Brasília: Senatus, v. 7, n. 2, p. 32-41, dez. 2009.

SOMMERMAN, Américo. **Inter ou transdisciplinaridade?** São Paulo: Paulus, 2006.

ZILLES, Urbano. **Teoria do conhecimento**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994.